

Governo conclui em um mês a política de saúde escolar

BRASÍLIA (O GLOBO) — Dentro de um mês ficará pronta a Política Nacional de Saúde Escolar, cujo objetivo será promover o bem estar físico e mental dos estudantes de todos os níveis, para diminuir os problemas de aprendizado decorrentes da falta de saúde. Essa política será aplicada pelo Governo, a partir de 1977.

Os maiores problemas nesse campo, constatados pelo grupo interministerial que está definindo a política a ser adotada, são as doenças transmissíveis, as parasitoses e a desnutrição, que provocam um alto índice de repetência, especialmente na 1.ª série do 1º grau, evasão e atraso pedagógico, estimados no Brasil em 50, 60 e 40%, respectivamente.

Exames médicos feitos em escolares demonstram que há uma incidência muito grande de cárries dentárias (principalmente no 1º grau) e de problemas de visão e audição, que repercutem no aprendizado. Nos jovens de 10 a 18 anos são comuns distúrbios neuropsiquiátricos e problemas de pele, além de existir uma proporção considerável de escolares com antecedentes nas famílias que têm problemas de diabete, asma, alcoolismo, tuberculose e

outras doenças que podem potencialmente influir no relacionamento do escolar.

Apesar de todos esses problemas, o grupo de trabalho dos Ministérios da Saúde e Educação constatou que a procura de assistência médica é pequena, o que indica inexistir preocupação com a promoção da saúde. O fator sócio-econômico, a subalimentação e o déficit habitacional concorrem para esta situação.

Pré-escolar e adolescente

Segundo o coordenador do grupo de trabalho, professor João Yunes, o pré-escolar é o mais atingido pela precariedade de assistência médica, odontológica e alimentar, e é praticamente inexistente a assistência ao adolescente.

Além disso, é comum a duplidade de serviços de assistência médico-sanitária pelas Secretarias Estaduais de Saúde e Educação, sem vantagem aparente.

Prioridades

Para corrigir essa situação, o grupo de trabalho propôs uma série de ações prioritárias: prestação de

serviços à saúde do escolar, integração lar-escola-comunidade e educação para a saúde. Desses, o mais importante é a inspeção de saúde, feita pela professora e profissionais de saúde no decorrer das primeiras séries de cada grau de ensino.

Essa inspeção não deverá ser obrigatória na ocasião da matrícula, para evitar problemas para os estudantes com deficiências de saúde. Constando de exames médicos, biométrico e vacinação, os estudantes terão um prazo para submeter-se a tratamento, de forma a concluir o ano letivo com a inspeção em dia. O grupo de trabalho estudará uma forma de condicionar a matrícula nas séries subsequentes à apresentação dos atestados que comprovem o tratamento necessário.

A prestação de serviços aos escolares deverá ser feita através dos institutos a que a família tem direito — INPS, Ipase ou outro serviço de saúde — de acordo com as medidas sugeridas pelo grupo de trabalho. Nas próximas reuniões, o grupo interministerial definirá os instrumentos legais e administrativos necessários ao cumprimento da Política de Saúde ao Escolar.